

Em primeira sessão na nova gestão, conselheiros elogiam diálogo e cobram itens aprovados no orçamento 2021, correção salarial, contratações e carreira

Às vésperas da sessão do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada em 10/2/2021, os conselheiros eleitos pelo **Chapão da Adunesp** e **Chapão Sintunesp/Associações** reuniram-se para debater os pontos de pauta e as propostas em comum, de interesse da comunidade acadêmica e da Universidade, que levariam para discussão no colegiado.

Primeira do CADE na nova gestão, a sessão teve a apresentação do novo presidente do colegiado, o pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), Prof. Estevão Tomomitsu Kimpara, e do novo secretário geral, Prof. Erivaldo Antonio da Silva. O pró-reitor agradeceu aos professores Pasqual Barretti e Maysa Furlan pela indicação e cumprimentou os membros da gestão anterior, na pessoa de seu antecessor, Prof. Leonardo Büll. Aos conselheiros, externou seu respeito e pediu “paciência para um neófito nesta atividade”. Disse que conta com a contribuição de todos para construir projetos relevantes ao progresso da Unesp. “Tenho a certeza de que podemos conseguir isso se tivermos diálogos sinceros, com objetivos claros sobre o papel deste colegiado. Estamos nos primeiros momentos de participação na Propeg e, como não poderia ser diferente, existem muitas demandas reprimidas, outras que são do presente, e podemos antever outras que são previsíveis e que poderão vir”.

A avaliação dos membros do **Chapão Sintunesp** e **Adunesp** no CADE para o primeiro contato com os membros da nova gestão no colegiado foi positiva. A atuação de ambos recebeu elogios ao final da reunião, especialmente pelo clima respeitoso e de atenção às ponderações e opiniões de todos. A expectativa é que este ambiente saudável de debate sobre os problemas da Universidade, de seus servidores e estudantes se mantenha por toda a gestão.

Boletim econômico: Folga no caixa, aperto nos servidores

O assessor de Planejamento Estratégico Rogério Buc-

celli apresentou o boletim econômico, com destaque para o fechamento das contas de 2020, os números de jan/2021 e as perspectivas para este ano. O surpreendente, tendo em vista a pandemia e as próprias projeções da área econômica da reitoria, é o desempenho fiscal de 2020, puxado pela relativa recuperação econômica do último quadrimestre do ano, que impactou positivamente o ICMS estadual e, por tabela, o orçamento da Unesp, em especial sua Fonte 1 (recursos oriundos do ICMS).

Na exposição, ficaram evidentes três momentos de arrecadação do ICMS que influenciaram o comprometimento da folha de pagamento na Unesp durante 2020:

- 1) Antes da pandemia, até março 2020, a média de comprometimento do repasse de ICMS com folha de pagamento na Unesp foi de 81,84 %.
- 2) Em plena pandemia, de abril a agosto 2020, a média de comprometimento ficou em 100,4%. Porém, já tivemos o mês de agosto apresentando o comprometimento em 84%.
- 3) Com uma relativa retomada da economia, ainda que em meio à crise sanitária, nos meses de setembro a dezembro de 2020 a média do comprometimento foi de 70,62%.

O fechamento do ano de 2020 mostrou um comprometimento médio final dos recursos do ICMS com a folha na Unesp em 83,08%. Na Unicamp, foi de 88,26%; na USP, 85,05%.

Portanto, a tendência inicial de 2021, que aponta queda no comprometimento com salários, acelerou nos últimos quatro meses. Ponto importante é que, em janeiro de 2021 a arrecadação de ICMS mais uma vez surpreendeu e manteve o comprometimento com folha na casa de 72,32%. Esta tendência de melhora da saúde financeira na Universidade, mesmo com a pandemia, foi influenciada pelo aumento da arrecadação do ICMS, o congelamento de reajustes aos trabalhadores e a economia do custeio nas Unidades.

Esta constatação fica mais evidente quando olhamos o fechamento de 2020 e comparamos o percentual gasto frente a todas as receitas da Universidade. A projeção oficial da Propeg mostra que em 2020 foram gastos: 70% com pessoal; 13% custeio; 12,5% com sentenças judiciais; 4,5% com investimentos.

O saldo final de caixa, que foi de R\$ 231.099.444,80 em janeiro de 2020, passou para R\$ 412.189.937,96 em dezembro de 2020 (quase o dobro entre os períodos), o que dará conta de lidar

Resumo da execução orçamentária de 2020 por grupo de despesa e estágios da despesa

Valores em R\$1,00

Especificação	Pessoal e Reflexos	Desp. Custeio	Sent. Jud. + RPV	Investimentos	Corte Estado	Total Geral
1. Dotação Orçamentária	2.458.882.362,44	517.059.137,20	52.777.612,62	27.470.879,74	83.449.993,00	3.139.639.985,00
2. Empenho	2.441.869.507,42	433.806.571,79	52.777.612,62	22.995.668,80	0,00	2.951.449.360,63
3. Pagamento	2.199.563.991,60	390.604.533,61	10.152.777,29	8.068.894,38	0,00	2.608.390.196,88
(4 = 1-2) Saldo a empenhar	17.012.855,02	83.252.565,41	0,00	4.475.210,94	83.449.993,00	188.190.624,37
(5 = 2-3) Saldo a pagar	242.305.515,82	43.202.038,18	42.624.835,33	4.926.774,42	0,00	343.059.163,75

70% em pessoal

13% em custeio

12,5% sent. e RPV

4,5% em invest.

Valor inscrito em restos a pagar

Parte do boletim econômico apresentado



com os “restos a pagar” de 2020 com sobra de caixa. Portanto, este caixa inicial para 2021 garante pelo menos duas folhas de pagamento de reserva financeira e deve ser melhorado com o aumento do ICMS acima do previsto em janeiro de 2021. A nova reitoria inicia o seu mandato com projeção positiva, como previram os membros do **Chapão do Sintunesp**, do **Chapão da Adunesp** e da Comissão de Orçamento.

Outro ponto que chamou a atenção no relato da Propeg foi um ajuste nos valores de repasse para a Universidade (não justificado pelo governo), com a diminuição de cerca de R\$ 26 milhões. O assessor Buccelli relatou que houve uma modificação na peça orçamentária da Unesp, sendo este valor retirado da Reserva de Contingência. Vale lembrar que a Reserva no orçamento está condicionada à Fonte 91 do Orçamento do estado, que será composta com o aumento da arrecadação esperado pelo governo com a aprovação do PL 529/2020. Membros dos ‘**chapões**’ questionaram se isto não deveria ser novamente discutido no Conselho Universitário (CO), CADE e Comissão de Orçamento. A resposta inicial foi que isto não era necessário.

Outro assunto que deverá estar na pauta na próxima reunião é a recomposição da Comissão de Orçamento, já que dois de seus membros encerraram o mandato neste período. O professor Estevão lembrou que os novos membros serão definidos entre os eleitos e indicados ao CADE na próxima sessão do CO. Ficou acertado que é possível convocarmos a Comissão ainda este mês para acompanhar os dados do início do ano, conforme acordado quando da aprovação do Orçamento de 2021.

Arrocho e falta de contratações na base da folha de caixa

A informação veiculada durante a exposição do boletim econômico, de que a Unesp tem uma reserva de caixa atual de R\$ 412 milhões, gerou uma sequência de questionamentos.

Conselheiros dos dois ‘**chapões**’ opinaram que o *supervit* é enganoso, pois é resultado, principalmente, da não realização de concursos e contratações e do arrocho salarial. Houve várias cobranças sobre a quebra de isonomia de reajustes com a USP e Unicamp. O Prof. Estevão respondeu que a nova reitoria está trabalhando na perspectiva de resgatar e planejar o atendimento às questões represadas, como é o caso do provisionamento dos 3% do dissídio de 2016 (não pagos pela Unesp) para ser implementado em janeiro de 2022, após o fim das limitações impostas pela LC 173.

E o aporte ao Plano de Saúde?

Após várias cobranças a respeito do aumento de recursos para o patrocínio ao Plano Unesp Saúde, conforme aprovado pelo CO para o orçamento de 2021 (R\$ 6 milhões a mais, que anulariam, na prática, o aumento de 5,5% sofrido pelo plano em dezembro passado), o Prof. Estevão disse que a intenção é cumprir a decisão do colegiado, mas que antes a reitoria aguarda um parecer que solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). O parecer pede a posição do TCE sobre as implicações da LC 173/2020 (a lei que regulamentou o auxílio da União aos estados e municípios) no âmbito da Universidade. A LC 173 proíbe reajustes salariais, contagem de tempo para quinquênios e outros até dezembro de 2021. Vale lembrar que, durante todo o debate sobre o assunto no CO, conselheiros dos ‘**chapões**’ defenderam, com base em pareceres jurídicos das assessorias das entidades sindicais, que o plano corresponde a um contrato da Universidade e, assim como os demais, pode ser reajustado.

Questionado por conselheiros se não é papel do gestor cumprir a deliberação do colegiado máximo da Universidade antes de qualquer coisa, o Prof. Estevão argumentou que “o servidor público não pode alegar ignorância às leis”.

Pandemia e ampliação do debate

A médica Ludmila Cândida de Braga, responsável pela Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST) da Propeg, abordou questões relacionadas à pandemia de Covid-19. Ela destacou o fato de o Brasil permanecer em segundo lugar em número de óbitos, falou sobre as variantes do vírus e sobre o crescimento da doença nas cidades onde há *campi* da Unesp. Lamentou também o fato de a vacinação estar atrasada. Por fim, mostrou um vídeo feito pelo Comitê sobre a vacina.

Vários conselheiros fizeram perguntas: sobre a perspectiva de retorno de alguma atividade na fase amarela; se o Comitê tem dados sobre óbitos na Unesp; sobre os riscos de retorno de estágio dos estudantes da área de saúde neste momento.

Quanto ao número de óbitos, a Dra. Ludmila frisou que não está previsto na atuação do Comitê esse tipo de levantamento. Sobre o retorno, destacou que continuam previstas as regras do plano já divulgado, e que o comitê geral trabalha em sintonia com os comitês locais, que têm a função de avaliar as condições de cada *campus*.

Alguns conselheiros enfatizaram a importância da realização de uma reunião conjunta entre CO, CEPE e CADE para discussão sobre os vários aspectos que envolvem a condução da Universidade no contexto da pandemia, como é o caso da retomada das atividades presenciais, atividades de ensino, condições de trabalho e segurança sanitária nas unidades, entre outras. Essa proposta havia sido colocada na mesa durante a audiência do Sintunesp e Adunesp com o novo reitor no dia 3/2, e todos concordaram que é necessária e oportuna.

A médica informou que o Comitê Unesp Covid-19, antes com 12 integrantes, passou a ser formado por 15 pessoas: Alexandre Donizeti Pazoti (Prograd), Antonio Luiz Caldas Junior (FMB), Carlos Magno Fortaleza (FMB), Dulce Helena Siqueira Silva (PROPG), Fabio Mazzitelli de Almeida (ACI/Reitoria), Jayme Augusto de Souza-Neto (FCA/Comitê Científico), José Paes de Almeida Nogueira Pinto (ACI/Reitoria), Katia Biazotti (CGP/Propeg), Ludmila Cândida de Braga (CSST/Propeg/Reitoria), Marcelo dos Santos Pereira (Gabinete/Reitoria), Ney Lemke (CTINF/Reitoria), Raul Borges Guimarães (PROEX), Renata Frajácómo (Propeg), Sérgio Swain Müller (FMB) e Silvia Cristina Camargo Pinceli (CSST/Propeg/Reitoria).

Vários conselheiros voltaram a cobrar a necessidade de incluir no Comitê representantes dos dois sindicatos.

Outros pontos

- **Número de assessores na reitoria:** Conselheiros perguntaram se teria havido aumento no número de assessores na reitoria. O Prof. Estevão disse não saber se o número aumentou, mas que o custo geral está menor.

- **Exposição da COPE e CPPE:** Conselheiros propuseram que o CADE traga o Prof. Mário Sérgio para uma apresentação sobre a situação atual da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) e da Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), o que foi acatado pela mesa e deverá ocorrer em breve.

- **Andamento das comissões:** Conselheiros apresentaram a proposta de que seja feito um levantamento acerca do andamento e das perspectivas das comissões vinculadas ao CADE.